



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA

ATA

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – CGTIC

Referência: Reunião do CGTIC – segunda quinzena de janeiro de 2026

Data: 20 de janeiro de 2026

Horário: De 8:30 às 11:30

Local: Reunião realizada por videoconferência, por meio da plataforma Microsoft Teams

Participantes:

Participante	Unidade	Participação
Francisco Naftali Aires Pedrosa	STI	Membro- Presidente
Fábio Barroso Brito	CIBER	Membro
João Alfredo Pinto Moreira Farias Fortuna	COSIS	Membro
Jonas de Araújo Luz Junior	COGOV	Membro
José Correia do Nascimento	COINT	Membro
Antônio Nogueira de Oliveira Filho	COGOV/SPROJ	Convidado
Rafael Veras Paz	COGOV	Convidado

1. Pauta

- Planejamento 2026 – COSIS
 - Monitoramento do PTD
 - Revisão de projetos e demandas da COSIS para 2026 e ciclos seguintes
- Planejamento 2026 – COGOV
 - Governança de TIC, indicadores e portal/painel de governança
 - Planejamento de aquisições e suporte às eleições 2026
 - Governança de estruturas paralelas de TI e uso de IA

1. PLANEJAMENTO 2026 – COSIS

1.1 Subitem COSIS: Monitoramento do PTD

Foi realizada análise detalhada dos itens do Plano de Trabalho de TIC (PTD) vinculados à COSIS, com verificação de execução, relevância atual, viabilidade técnica e alinhamento às prioridades institucionais para o exercício de 2026 e próximos ciclos.

O colegiado adotou como linha geral:

- manter no PTD 2026 os projetos com aderência às prioridades atuais e com condições reais de execução;
- transferir para o próximo PTD (ciclo seguinte) os projetos que dependem de maior maturidade, definição da área de negócio ou estrutura futura;
- cancelar projetos cuja demanda perdeu objeto, cuja origem não pôde ser identificada ou que foram substituídos por outras soluções já em curso;
- ajustar prazos de projetos em andamento, de forma realista, frente à carga de trabalho e às demandas eleitorais de 2026.

1.1.1 Deliberações por item do PTD

Com base na discussão item a item, deliberou-se o seguinte quadro de encaminhamentos:

Item do PTD	Deliberação	Novo prazo / observação
7	Concluir em 2026	31/12/2026
11, 12 e 13	Repassar para o próximo PTD, em razão da baixa maturidade e necessidade de maior evolução conceitual antes da implementação	Sem prazo em 2026
15	Concluir em 2026	31/12/2026
16	O projeto perdeu o objeto em função do projeto Chat-Corregedoria, desenvolvido em parceria com o LIODS. Delibera-se pela substituição do projeto original pelo novo escopo vinculado ao Chat-Corregedoria, a ser tratado no próximo ciclo	31/12/2026 para o novo projeto substituto
17	Projeto considerado concluído. Delibera-se pela atualização do PTD para refletir a conclusão	Sem novo prazo (apenas atualização cadastral)
18 e 19	Encaminhar para o próximo PTD, diante da complexidade e da necessidade de melhor detalhamento junto à área negocial (automatização de autoinspeção e correlatos)	Sem prazo em 2026
22	Encaminhar para o próximo PTD, haja vista dúvidas quanto ao escopo exato e necessidade de revalidação com a área de negócio	Sem prazo em 2026
24	Manter no PTD e concluir em 2026, considerando a necessidade de alinhamento com o calendário eleitoral, com entrega anterior ao pico de atividades	Setembro de 2026
32	Concluir em 2026, com ajuste do cronograma em razão do atraso atual	Dezembro de 2026
34	Concluir em 2026, com reprogramação para viabilizar implantação do módulo previsto (4.1)	Março de 2026
35	Origem da demanda não identificada, inclusive após consulta aos registros de reuniões anteriores. Delibera-se pelo cancelamento do item	Cancelado
41	Considerando a incerteza acerca da evolução e integração entre Gov.BR e Jus.BR, bem como o risco de descontinuidade ou sobreposição de soluções, delibera-se pelo cancelamento do item	Cancelado
42	Reavaliar a demanda junto à área negocial (numeração/documentos DOC e eventual revisão da solução). O projeto será mantido condicionado a essa reavaliação	Dezembro de 2026 para conclusão da reavaliação com a área de negócio

Durante a discussão, foram registradas as seguintes observações complementares:

- No item 16, ficou claro que o projeto originalmente previsto foi superado pelo projeto Chat-Corregedoria, conduzido com o apoio do LIODS, que atenderá à mesma necessidade de forma mais adequada.
- Os itens 11, 12, 13, 18, 19 e 22 foram considerados importantes em tese, mas ainda carecem de maturidade e de melhor definição de escopo junto às áreas demandantes, motivo pelo qual foram direcionados ao próximo PTD.
- O item 24 foi mantido com prazo em setembro de 2026 por estar diretamente relacionado ao contexto eleitoral, exigindo disponibilidade antes do período crítico das eleições.
- Os itens 35 e 41 foram cancelados por ausência de demanda claramente identificada (item 35) e por incertezas técnicas e institucionais significativas (Gov.BR/Jus.BR – item 41).
- Para o item 42, ressaltou-se a necessidade de envolver novamente a área negocial para avaliar a pertinência da solução atualmente utilizada e possíveis caminhos de simplificação ou substituição.

1.2 Outros projetos e demandas COSIS para 2026 e ciclos seguintes

Além da tabela de deliberações acima, a reunião abordou, no âmbito da COSIS, diversos projetos e demandas estruturantes, com destaque para:

1. Revisão geral do portfólio de projetos do PTD e do PDTIC

- Foi realizada consolidação de projetos de transformação digital, automação e uso de inteligência artificial, muitos deles vinculados ao PTD anterior, que não puderam ser executados por falta de capacidade instalada.
- Decidiu-se reclassificar parte desses projetos como candidatos ao próximo ciclo do PDTIC (a partir de 2027), em especial aqueles de maior complexidade ou dependentes de contratações externas especializadas.

2. Projetos de dados, estatística e observatório de dados

- Debatida a situação do observatório de dados mantido com uso de linguagem R em infraestrutura própria (máquinas virtuais), com preocupação quanto a licenciamento, governança e integração com o ambiente oficial do Tribunal.
- Ficou consignado que a área de TIC deverá fortalecer a governança sobre essa solução, buscando:
 - migrar a solução para infraestrutura institucional (contêineres e bancos gerenciados pela TI);
 - exigir observância a diretrizes de segurança, versionamento de código e boas práticas;
 - evitar a proliferação de estruturas paralelas sem supervisão da área de TIC.

3. Sistemas de contratos, aquisições e pesquisa de preços

- Foi destacada a necessidade de consolidar, em solução única, funcionalidades hoje dispersas em vários sistemas (contratos, atas, pesquisa de preços, gestão de aquisições).
- A reunião indicou como diretriz que novas demandas de pesquisa de preços e controle de aquisições sejam tratadas como requisitos do sistema de contratos, evitando a criação de novos “sisteminhas” isolados.
- Essas demandas deverão ser tratadas no planejamento 2026/2027 e articuladas com eventual contratação de fábrica de software.

4. Sistemas de pessoal, folha e previdência

- Houve discussão sobre demandas antigas ligadas à migração de bases de dados de sistemas

de pagamento anteriores e à automação de cálculos previdenciários.

- Reconheceu-se que se tratam de projetos de alta complexidade, que extrapolam a capacidade atual da equipe interna, sendo recomendável avaliá-los no contexto de contratação específica (p. ex. fábrica de software), em ciclo de planejamento posterior.

5. Intranet e conteúdos institucionais

- Mencionou-se a necessidade de projeto de nova intranet, tendo o Plone, plataforma de gestão do conteúdo, a ser atualizado.
- Há necessidade de regulação do uso do Sharepoint, com reorganização da estrutura de conteúdos e revisão de páginas hoje mantidas de forma fragmentada.
- A migração tecnológica é vista como requisito do projeto mais amplo de “nova intranet”, que deverá ser detalhado em planejamento próprio.

Essas discussões servirão de insumo para a consolidação do planejamento COSIS 2026 e para a revisão do portfólio a ser tratado no próximo PDTIC.

2. PLANEJAMENTO 2026 – COGOV

Na parte da reunião dedicada à COGOV, o comitê tratou principalmente de governança de TIC, planejamento de aquisições para 2026 (com ênfase nas eleições) e fortalecimento de mecanismos de controle e automação.

2.1 Governança de TIC, indicadores e portal/painel de governança

Foi debatida a necessidade de estruturar um programa de governança de TIC mais integrado, envolvendo:

- alinhamento entre PDTIC, PTD e demais planos institucionais;
- construção de um portal/painel de governança de TIC, com indicadores consolidados de projetos, contratos, riscos, infraestrutura e segurança;
- padronização e automação de cadastros hoje existentes em múltiplas planilhas e listas, migrando gradualmente para soluções integradas (por exemplo, ferramentas da suíte Microsoft 365).

Deliberações principais:

- Desenvolver um **programa de governança de TIC** que trate de forma integrada:
 - gestão de projetos e portfólio;
 - gestão de contratações e contratos de TIC;
 - monitoramento de riscos, segurança e conformidade;
 - acompanhamento dos planos (PDTIC, PTD e outros planos correlatos).
- Utilizar a infraestrutura já disponível (Microsoft 365, Power BI, listas e bancos institucionais) para consolidar dados e automatizar rotinas, com apoio de consultoria especializada para desenho da solução.
- Tratar, no âmbito desse programa, temas específicos como:
 - governança da inteligência artificial (inclusive observância às normas do CNJ);
 - governança de nuvem e plano de migração para nuvem, com critérios claros para transferência de soluções.

Responsabilidades e encaminhamentos gerais:

- Coordenação do programa de governança de TIC: a ser exercida pela área de governança (COGOV), com participação dos demais setores do CGTIC.

- Contratação/apoio consultivo: a área de TIC deverá buscar apoio especializado para desenho da solução de automação e integração dos dados de governança.
- O detalhamento de cronograma e marcos do programa será objeto de reuniões específicas subsequentes.

2.2 Planejamento de aquisições e suporte às eleições 2026

O colegiado dedicou parte expressiva da discussão ao planejamento de aquisições e providências de infraestrutura necessárias ao suporte às eleições de 2026, destacando-se:

1. Projeto de suporte de infraestrutura às eleições 2026

- Foi reconhecida a necessidade de consolidar, em projeto específico, as ações de infraestrutura e suporte ligadas às eleições, incluindo:
 - estrutura de redes e backbone (inclusive backbone secundário);
 - equipamentos de campo (notebooks, estabilizadores, nobreaks, webcams, impressoras e demais periféricos);
 - links de comunicação e conectividade (incluindo 4G/5G, onde aplicável).
- O projeto deverá contemplar tanto o final do período de alistamento quanto o período eleitoral em si, com cronogramas diferenciados.

2. Aquisições planejadas

Em linhas gerais, foram tratados os seguintes itens:

- notebooks para apoio às zonas eleitorais e à sede;
- estabilizadores e nobreaks, especialmente para suprir impressoras recentemente adquiridas e reduzir riscos de interrupção;
- webcams e periféricos para atendimento remoto e suporte a projetos de atendimento virtual;
- links e serviços de comunicação necessários às fases de alistamento e eleição.

Em relação às quantidades, a reunião indicou a necessidade de dimensionar lotes que permitam:

- atendimento da demanda imediata das eleições 2026;
- formação de reserva estratégica, de forma a evitar contratações emergenciais futuras.

3. Instrumentos de contratação

- Deliberou-se pela preparação de ata de registro de preços para os principais itens, de forma a permitir aquisições graduais conforme necessidade e disponibilidade orçamentária.
- Foi ressaltada a urgência de iniciar os processos de contratação, considerando o tempo necessário para licitação, entrega, instalação e testes, de modo que os equipamentos estejam disponíveis com antecedência adequada às eleições.

De forma sintética, os encaminhamentos foram:

- Consolidar, em documento próprio, o projeto de suporte às eleições 2026, com:
 - escopo, cronograma, responsáveis e riscos;
 - lista de equipamentos e serviços a contratar;
 - prioridades por fase (alistamento x período eleitoral).
- Iniciar, em caráter prioritário, a instrução dos processos de contratação dos itens de infraestrutura essenciais, considerando que a entrega e instalação devem ocorrer antes do período crítico eleitoral.

2.3 Governança de estruturas paralelas de TI e uso de IA

A reunião também discutiu, em nível estratégico, a necessidade de:

- fortalecer a governança sobre iniciativas de desenvolvimento fora da estrutura formal de TI (denominadas estruturas paralelas ou “shadow IT”);
- assegurar que soluções desenvolvidas em outras áreas (por exemplo, estatística, observatórios de dados, protótipos de IA) sejam:
 - registradas, versionadas e avaliadas quanto a riscos de segurança;
 - gradualmente incorporadas à infraestrutura institucional, quando pertinentes;
 - submetidas às diretrizes de segurança e conformidade definidas pela área de TIC;
- disciplinar o uso de ferramentas de IA (inclusive copilot e modelos diversos), em consonância com a regulamentação do CNJ, enfatizando:
 - a necessidade de controle sobre dados utilizados;
 - mitigação de riscos de vazamento de informações;
 - transparência e rastreabilidade das soluções implementadas.

Ficou assentado que tais temas integrarão o programa de governança de TIC a ser estruturado pela COGOV, com participação das demais unidades e alinhamento às normas nacionais sobre governança e uso de IA no Poder Judiciário.

Encaminhamentos finais

Ao término da reunião, foram consolidados os seguintes encaminhamentos gerais:

1. Registrar em documento próprio (planilha consolidada) todas as deliberações sobre os itens do PTD, especialmente aqueles relacionados à COSIS, com:
 - indicação clara de manutenção, cancelamento ou remessa ao próximo PTD;
 - atualização de prazos;
 - registro de justificativas principais.
 2. Utilizar as decisões sobre o PTD como base para a revisão do planejamento 2026 e para a preparação do próximo ciclo do PDTIC, especialmente no que tange:
 - projetos de transformação digital e automação;
 - projetos de IA;
 - projetos de infraestrutura crítica e segurança.
 3. Estruturar o projeto de suporte às eleições 2026, consolidando as necessidades de infraestrutura e as aquisições prioritárias, com foco em:
 - garantir a disponibilidade de equipamentos e serviços em tempo hábil;
 - minimizar riscos operacionais durante alistamento e período eleitoral.
 4. Avançar na concepção do programa de governança de TIC (COGOV), incluindo:
 - portal/painel de governança;
 - automação de processos e integração de bases;
 - governança de IA e de nuvem;
 - tratamento de estruturas paralelas de TI.
-

Quadro-resumo de deliberações – Reunião CGTIC (Segunda quinzena de janeiro/2026)

1. Deliberações sobre itens do PTD – COSIS

Item PTD	Deliberação	Responsável(is)	Prazo
7	Concluir em 2026	COSIS	31/12/2026
11, 12, 13	Repassar para o próximo PTD	COSIS / Área negocial correspondente	Sem prazo em 2026
15	Concluir em 2026	COSIS	31/12/2026
16	Substituir pelo projeto Chat-Corregedoria (LIODS)	COSIS + LIODS + Corregedoria	31/12/2026 (para consolidação do novo projeto)
17	Projeto concluído – atualizar PTD	COSIS	Atualização imediata
18 e 19	Encaminhar ao próximo PTD; dependem de detalhamento com área negocial	COSIS + Área negocial	Sem prazo em 2026
22	Encaminhar ao próximo PTD; escopo a revalidar	COSIS + Área negocial	Sem prazo em 2026
24	Manter e concluir; demanda ligada ao calendário eleitoral	COSIS	Setembro/2026
32	Concluir em 2026, com ajuste de cronograma	COSIS	Dezembro/2026
34	Concluir em 2026; reprogramação para possibilitar entrega do módulo	COSIS	Março/2026
35	Cancelado por ausência de origem da demanda	COSIS	—
41	Cancelado devido à incerteza Gov.BR / Jus.BR	COSIS	—
42	Reavaliar com área negocial (numeração/doc DOC)	COSIS + Área negocial	Dezembro/2026

2. Deliberações gerais – COSIS

Tema	Deliberação	Responsável(is)	Prazo
Revisão geral do portfólio PTD/PDTIC	Reclassificar projetos complexos para o próximo ciclo do PDTIC (2027 em diante)	COSIS + COGOV	2026 (planejamento)
Observatório de dados em R	Migrar solução para infraestrutura institucional; implantar governança; evitar estruturas paralelas	COSIS + CIBER	Início em 2026; cronograma a definir
Sistemas de contratos e aquisições	Consolidar funcionalidades; incorporar pesquisa de preços ao sistema de contratos; evitar novos sisteminhas	COSIS + COINT	Planejamento 2026/2027
Sistemas de pessoal / folha / previdência	Avaliar tratativa por fábrica de software devido à complexidade	COSIS + SPROJ	Próximo ciclo (2027)

Tema	Deliberação	Responsável(is)	Prazo
Nova intranet	Atualizar Plone; regular uso de SharePoint; reorganizar conteúdos	COSIS + Comunicação + COGOV	Início em 2026; detalhamento posterior

3. Deliberações – COGOV

Tema	Deliberação	Responsável(is)	Prazo
Programa integrado de governança de TIC	Desenvolver programa abrangendo: portfólio, contratações, riscos, planos e indicadores	COGOV (coordenação) + COSIS + CIBER + COINT	Planejamento em 2026
Painel/portal de governança	Construir painel com indicadores consolidados (projetos, riscos, contratos, infraestrutura, segurança)	COGOV + COSIS	2026 (início)
Automação e padronização de cadastros	Migrar cadastros dispersos para soluções integradas Microsoft 365	COGOV + COSIS	2026
Governança de IA	Criar diretrizes de uso, registro, rastreabilidade e mitigação de riscos	COGOV + CIBER	2026
Governança de nuvem	Elaborar critérios e plano de migração	COGOV + COSIS	2026

4. Deliberações – Planejamento de aquisições e eleições 2026

Tema	Deliberação	Responsável(is)	Prazo
Projeto de suporte às eleições 2026	Consolidar projeto com escopo, cronograma, riscos e lista de itens	COGOV + COINT + COSIS	Início imediato (2026)
Aquisições eletivas (notebooks, estabilizadores, nobreaks, webcams etc.)	Dimensionar lotes para demanda imediata e reserva estratégica	COINT + COSIS	2026
Instrumento de contratação	Preparar ata de registro de preços para itens essenciais	COINT	Início imediato
Instrução de processos de contratação	Iniciar imediatamente, devido aos prazos de entrega	COINT	Urgente / início em 2026
Conectividade (links, 4G/5G)	Ajustar contratações para fases de alistamento e eleição	COINT	2026

5. Deliberações – Estruturas paralelas de TI e IA

Tema	Deliberação	Responsável(is)	Prazo
Shadow IT	Mapear, regular e evitar desenvolvimento sem supervisão da TI	COGOV + COSIS + CIBER	Início em 2026

Tema	Deliberação	Responsável(is)	Prazo
Registro e versionamento	Exigir versionamento, segurança e documentação mínima	COSIS + CIBER	2026
Integração de sistemas paralelos à infraestrutura institucional	Migrar progressivamente soluções para ambiente TI	COSIS	2026–2027
Diretrizes de IA	Estabelecer normas internas alinhadas às normas do CNJ	COGOV + CIBER	2026

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo determinada a elaboração da presente minuta de ata para posterior conferência e aprovação pelo Comitê.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE CORREIA DO NASCIMENTO, COORDENADOR**, em 27/01/2026, às 21:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO NAFTALI AIRES PEDROSA, SECRETÁRIO**, em 02/02/2026, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAO ALFREDO PINTO MOREIRA FARIAS FORTUNA, COORDENADOR**, em 03/02/2026, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA FILHO, CHEFE DE SEÇÃO**, em 04/02/2026, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO BARROSO BRITO, ASSESSOR**, em 05/03/2026, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Documento assinado eletronicamente por **JONAS DE ARAUJO LUZ JUNIOR, COORDENADOR**, em 05/03/2026, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&i_d_orgao_acesso_externo=0&cv=0001315647&crc=148E3974, informando, caso não preenchido, o código verificador **0001315647** e o código CRC **148E3974**.